



ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Educação



EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO EQUIVALÊNCIA DE ESTUDOS

Nome: Frankelis Olimar Dimas Bermúdez

Nacionalidade: Venezuelana CPF nº 704.868.882-31 RG/RNE nº: 6389242-U

Residente a: Rua da Represa nº 153

Bairro: Itacorubi Cidade: Florianópolis

CEP: 88034-350 E-mail: Kelbrasil2016@gmail.com

Vem requerer a Equivalência de seus estudos realizados no exterior, Venezuela

(país) ao de conclusão do Curso de: Ensino Médio

(Ensino Fundamental/Ensino Médio/Educação Profissional)

Nestes termos pede deferimento.

Documentos apresentados:

- ☐ Certificado de Conclusão/Histórico Escolar Brasileiro
- ☒ Certificado de Conclusão/Histórico Escolar Estrangeiro
- ☐ Carimbo Consular Brasileiro/Selo Apostille
- ☐ Tradução Juramentada
- ☒ CPF do Brasil
- ☒ RG (Brasileiro/Estrangeiro)

Florianópolis, 08 de Janeiro, 20 19.

Local e data

Frankelis Olimar Dimas Bermúdez
Assinatura requerente

Contatos Telefônicos:

Residencial: ☐ _____

Comercial: ☐ _____

Celular: (48) 291-11-4988




MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
 Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO
 Número
704.868.882-31
 Nome
FRANKELIS OLIMAR DIMAS BERMUDEZ
 Nascimento
18/09/1991
 VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



Código de Controle
01F9.5D7C.2FC9.5EA9
 A autenticidade deste comprovante deverá
 ser confirmada no Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br
 Comprovante emitido pela
 Secretaria da Receita Federal do Brasil
 às 12:09:52 de 09/09/2016 (hora e data de Brasília)
 Digite o verificador: 00


CONFERE COM O ORIGINAL
 Em 08/01/19
 Supervisão da Educação Básica e
 Profissional do Sistema Estadual
 de Ensino/SED-SC



I. Plan de Estudio: EDUCACION BASICA
Mención:

Cod.: 001



II. Datos del Plantel o Z. E. que emite la Certificación:

Lugar y Fecha de Expedición: SAN FELIX, 09/02/2018

Código del Plantel: S11400701

Nombre: UNIDAD EDUCATIVA NACIONAL JOAQUINA SANCHEZ

Dto. Esc.: 01

Dirección: CALLE 07 - NUEVA CHIRICA, SAN FELIX

Teléfono: 0286-3163725

Municipio: CARONI

Ent.Federal: BOLIVAR

Zona Educativa: BOLIVAR (07)

III. Datos de Identificación del(a) Estudiante:

Cédula de Identidad: V-23871912

Fecha de Nacimiento: 18/09/1991

Apellidos: DIMAS BERMUDEZ

Nombres: FRANKELIS OLIMAR

Lugar de Nacimiento: PUERTO ORDAZ

Ent.Federal o País: BOLIVAR

IV. Plantales donde cursó estos estudios:

Nº	Nombre del Plantel	Localidad:	E.F.	Nº	Nombre del Plantel	Localidad:	E.F.
1	U.E.N. JOAQUINA SANCHEZ	SAN FELIX	BO	4			
2				5			

V. Pensum de Estudio:

Año o Grado: SEPTIMO	Calificación			Fecha		Plantel
Asignaturas	En Nº	En letras	T-E	Mes	Año	Nº
CASTELLANO Y LITERATURA	17	DIECISIETE	F	07	2004	1
INGLES	16	DIECISEIS	F	07	2004	1
MATEMATICA	13	TRECE	F	07	2004	1
ESTUDIOS DE LA NATURALEZA	15	QUINCE	F	07	2004	1
HISTORIA DE VENEZUELA	16	DIECISEIS	F	07	2004	1
EDUC. FAM. Y CDANA	18	DIECISEIS	F	07	2004	1
GEOGRAFIA GENERAL	13	TRECE	F	07	2004	1
J.C. ARTISTICA	14	CATORCE	F	07	2004	1
EDUC. FISICA	14	CATORCE	F	07	2004	1
EDUC. P/E TRABAJO	17	DIECISIETE	F	07	2004	1
*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*
Año o Grado: OCTAVO	Calificación			Fecha		Plantel
Asignaturas	En Nº	En letras	T-E	Mes	Año	Nº
CASTELLANO Y LITERATURA	13	TRECE	F	07	2005	1
INGLES	16	DIECISEIS	F	07	2005	1
MATEMATICA	14	CATORCE	F	07	2005	1
EDUC. P/L SALUD	15	QUINCE	F	07	2005	1
CS.BIOLOGICAS	16	DIECISEIS	F	07	2005	1
HISTORIA DE VENEZUELA	16	DIECISEIS	F	07	2005	1
HISTORIA UNIVERSAL	14	CATORCE	F	07	2005	1
EDUC. ARTISTICA	12	DOCE	F	07	2005	1
EDUC. FISICA	16	DIECISEIS	F	07	2005	1
EDUC. P/E TRABAJO	17	DIECISIETE	F	07	2005	1
*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*
Año o Grado: NOVENO	Calificación			Fecha		Plantel
Asignaturas	En Nº	En letras	T-E	Mes	Año	Nº
CASTELLANO Y LITERATURA	14	CATORCE	F	07	2006	1
INGLES	13	TRECE	F	07	2006	1
MATEMATICA	12	DOCE	F	07	2006	1
CS.BIOLOGICAS	15	QUINCE	F	07	2006	1
FISICA	17	DIECISIETE	F	07	2006	1
QUIMICA	14	CATORCE	F	07	2006	1
HIST.DE VZLA.(CAT.BOLIV.)	16	DIECISEIS	F	07	2006	1
GEO.DE VZLA.	12	DOCE	F	07	2006	1
EDUC. FISICA	19	DIECINUEVE	F	07	2006	1
EDUC. P/E TRABAJO	13	TRECE	F	07	2006	1
*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*
*	*	*	*	*	*	*

VI. DIRECTOR(A) DEL PLANTEL

Apellidos y Nombres:
DEISY DELGADO

Número de C.I.:
V-10154619

Firma:



Para efectos de su validez a nivel estatal.

VII. DIRECTOR(A) DE LA ZONA EDUCATIVA

Apellidos y Nombres:

Número de C.I.:

Firma:

SELLO DE LA ZONA EDUCATIVA

Para efectos de su validez a nivel nacional e internacional y cuando se trate de estudios libres o equivalentes sin escolaridad.

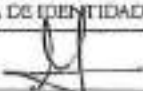
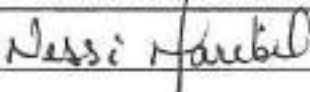
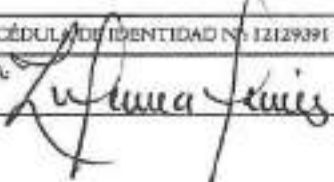
Tímbr Fiscal: Este documento no tiene validez si no se le coloca en la parte posterior timbres fiscales por Bs. 30% de la Unidad Tributaria.

VIII. Programas Aprobados en Educación para el Trabajo: GRADO / NOMBRE / HORAS ESTUDIANTE SEMANAL

07	CULTIVO REGIONAL	04	*	*	*
07	COMERCIO	04	*	*	*
08	AGRICULTURA	04	*	*	*
08	DIBUJO TECNICO	04	*	*	*
08	COMERCIO	04	*	*	*
08	DIBUJO TECNICO	04	*	*	*

IX. Observaciones: - PROMEDIO NOTA: 14,83

CONFERE COM O ORIGINAL
Em 09/02/18
Supervisão de Educação Básica e Profissional do Sistema Estadual de Ensino - SEES-SC

U.E.N. "JOAQUINA SANCHEZ" DEPARTAMENTO DE EVALUACION, CONTROL Y REGISTRO	U.E.N. "JOAQUINA SANCHEZ" DEPARTAMENTO DE EVALUACION	U.E.N. "JOAQUINA SANCHEZ" DEPARTAMENTO DE EVALUACION, CONTROL Y REGISTRO
TRANSCRITO POR:	REVISADO Y VERIFICADO POR:	REVISADO Y VERIFICADO POR:
NOMBRES Y APELLIDOS: YANETT SEQUEKA	NOMBRES Y APELLIDOS: MARIBEL NESSI	NOMBRES Y APELLIDOS: JIMENEZ ZULEIMA
CÉDULA DE IDENTIDAD N°: 10803725	CÉDULA DE IDENTIDAD N°: 17113726	CÉDULA DE IDENTIDAD N°: 12129391
FIRMA: 	FIRMA: 	FIRMA: 

Este Certificado es copia fiel y exacta del original que reposa en los archivos del Departamento de Evaluación y Control de Estudio de la "U.E.N. Joaquina Sánchez"


Lidia Delgado Deisy
Directora del Plantel

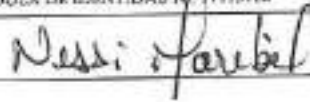
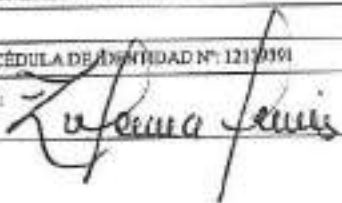
Verificado por:


Lidia Jimenez Zuleima
Coord. Depto. de Control y Registro

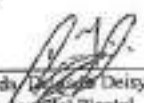
San Félix, 09 de Febrero de 2018.




CONFERE COM O ORIGINAL
Em 08/01/19
Supervisão da Educação Básica e
Profissional do Sistema Estadual
de Ensino SED-SC

U.E.N. "JOAQUINA SANCHEZ" DEPARTAMENTO DE EVALUACION, CONTROL Y REGISTRO	U.E.N. "JOAQUINA SANCHEZ" DEPARTAMENTO DE EVALUACION, CONTROL Y REGISTRO	U.E.N. "JOAQUINA SANCHEZ" DEPARTAMENTO DE EVALUACION, CONTROL Y REGISTRO
TRANSCRITO POR:	REVISADO Y VERIFICADO POR:	REVISADO Y VERIFICADO POR:
NOMBRES Y APELLIDOS: YUDELYS RONDON	NOMBRES Y APELLIDOS: MARISSEL NESSI	NOMBRES Y APELLIDOS: JIMENEZ ZULEIMA
CÉDULA DE IDENTIDAD N° 11515510	CÉDULA DE IDENTIDAD N° 12113726	CÉDULA DE IDENTIDAD N° 12113991
FIRMA: 	FIRMA: 	FIRMA: 

Este Certificado es copia fiel y exacta del original que reposa en los archivos del Departamento de Evaluación y Control de Estudio de la "U.E.N. Joaquina Sánchez"


Lidya Deisy
Directora del Plantel

Verificado por:


Zulma Jimenez
Coord. Dpto. de Control y Registro

San Félix, 09 de Febrero de 2018




CONFERE COM O ORIGINAL
Em 08/01/18

Supervisão da Educação Básica e
Profissional do Sistema Estadual
de Ensino SED-SC

PORTARIA Nº 280/2019

O Secretário de Estado da Educação, no uso de suas atribuições, previsto no art. 7º, inciso VI, da Lei Complementar nº 281/2017, com fundamento no art. 164, inciso II, da Lei nº 5644/1986, em conformidade com as razões expostas na Informação Jurídica nº 120/2019, e considerando o que consta do Processo Disciplinar SED 0001777/2017, **RESOLVE:** Aplicar a penalidade de SUSPENSÃO de 30 (trinta) dias ao professor (J.J.C.) matrícula nº 577.762-0-01, ocupante do cargo de Professor ACT, em assessoria na SED, Enéas Bastos, com 4h15 minutos, município de Desmoinhos/SC, por infração ao artigo 166, V da Lei nº 5644/1986.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NATALINO UOQUINI

Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 584867

PORTARIA Nº 273 de 28/01/2019

RECONHECER, a realização de estudos realizados no exterior ao Sistema Brasileiro de Ensino de aluno estrangeiro relacionado: EMAN ALAA JAMEL ABUSOU, na Palestina, equivalente ao Curso de Ensino Médio, Parecer SED 536/2018, de 17/01/2019. AMANDA COLUSSO, na República da Austrália, equivalente ao Curso de Ensino Fundamental e do Ensino Médio, Parecer SED 537/2018, de 18/01/2019.

GABRIEL SCHNEIDER GALVONI, na República do Canadá, equivalente ao Curso de Ensino Médio, Parecer SED 538/2018, de 18/01/2019.

CARLOS FELIPE GONZALEZ AGUDELO, na Venezuela, equivalente ao Curso de Ensino Fundamental e do Ensino Médio, Parecer SED 539/2018, de 18/01/2019.

ANDREIA RIOS MALACHERA, na Venezuela, equivalente ao Curso de Ensino Fundamental e do Ensino Médio, Parecer SED 540/2018, de 18/01/2019.

ROSELAINE OCEUS, na República do Haiti, equivalente ao Curso de Ensino Médio, Parecer SED 542/2018, de 18/01/2019.

WILKINSON LOBIN, na República do Haiti, equivalente ao Curso de Ensino Médio, Parecer SED 543/2018, de 18/01/2019.

RENNÉCAJEAN BAPTISTE, na República do Haiti, equivalente ao Curso de Ensino Médio, Parecer SED 544/2018, de 18/01/2019.

FRANTZ RASCAL, na República do Haiti, equivalente ao Curso de Ensino Médio, Parecer SED 545/2018, de 18/01/2019.

SAINT HILAIRE BASIL, na República do Haiti, equivalente ao Curso de Ensino Médio, Parecer SED 546/2018, de 18/01/2019.

GERTHA LOUIS, na República do Haiti, equivalente ao Curso de Ensino Médio, Parecer SED 547/2018, de 18/01/2019.

HANNAH VALENTINA CASTILLO MAMEZ, na Venezuela, equivalente ao Curso de Ensino Médio, Parecer SED 548/2018, de 21/01/2019.

GUILIOME AUGUSTIN PRYOUTE, na República Dominicana, equivalente ao Curso de Ensino Médio, Parecer SED 549/2018, de 23/01/2019.

JAYME JEFFERSON MONTAÑA ORTEGA BERTOLINI, na República de Colômbia, equivalente ao Curso de Ensino Médio, Parecer SED 550/2018, de 23/01/2019.

BERNARDO LUIS HOWARD, na República da Argentina, equivalente ao Curso de Ensino Médio, Parecer SED 551/2018, de 23/01/2019.

FRANKELIS OLIVAR DIMAS BERRUDEZ, na Venezuela, equivalente ao Curso de Ensino Médio, Parecer SED 552/2018, de 23/01/2019.

Selma David Lemos
Gerente do Supervisado de Educação Básica e
Profissional do Sistema Estadual de Ensino
Ato 1200 de 04/02/2019

Cod. Mat.: 584973

Fazenda

PORTARIA Nº 19/SEF - 21/01/2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, de acordo com a delegação de competência conferida pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 381/2007, resolve: FAZER CESSAR, a partir de 17/01/2019, a Portaria nº 212 de 03/07/2018, publicada no DOE de 10/07/2018, na parte que designou o servidor BORY ZENITH SÁZATO, matrícula nº 551.015-0-01, para exercer a Função de Chefe, nível PC-1 - Supervisor, na Diretoria do Tesouro-ORTE, da SEF.

PAULO ELI

Secretário de Estado da Fazenda

Cod. Mat.: 584717

PORTARIA Nº 14/SEF - 18/01/2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, de acordo com a delegação de competência conferida pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 381/2007, resolve: FAZER CESSAR, a partir de 02/01/2019, a Portaria nº 20 de 14/03/2018, publicada no DOE de 15/03/2018, na parte que designou o servidor JAIME LUZ OLIVEIRA, matrícula nº 360.023-0, para exercer a Função de Chefe, nível PC-1 - Supervisor, na Diretoria de Auditoria Geral-DAAG, da SEF.

PAULO ELI

Secretário de Estado da Fazenda

Cod. Mat.: 584718

PORTARIA Nº 13/SEF - 17/01/2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, de acordo com a delegação de competência conferida pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 381/2007, resolve: FAZER CESSAR, a Portaria nº 005/SEF de 10/01/2014, publicada no DOE de 15/01/2014, que designou o servidor Kátia da Silva Ruy Barbosa, matrícula nº 301.224-2, ocupante do cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, para exercer a função de Assessor do Gerente Regional da Fazenda Estadual em Florianópolis.

PAULO ELI

Secretário de Estado da Fazenda

Cod. Mat.: 584719

PORTARIA Nº 18/SEF - 17/01/2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, de acordo com a delegação de competência conferida pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 381/2007, resolve: DESIGNAR, a partir de 07 de maio de 2007, resolve: DESIGNAR, o servidor RAFAELA COSTA DE OLIVEIRA BERNARDI, matrícula nº 600.415-2, ocupante do cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual para, a partir de 02/01/2019, exercer suas atividades na Gerência de Tributação, da SEF, conforme processo SEF 97/2010.

PAULO ELI

Secretário de Estado da Fazenda

Cod. Mat.: 584721

PORTARIA Nº 2/SEF - 22/01/2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, de acordo com a delegação de competência conferida pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 381/2007, resolve: FAZER CESSAR, a partir de 02/01/2019, a Portaria nº 1726 de 07/10/2018, publicada no DOE de 09/11/2018, que designou o servidor SALETE WALDEMAR COSTA DOS SANTOS, matrícula nº 221.983-0, para exercer a Função de Chefe, nível PC-1 - Supervisor, na DICE, da SEF.

PAULO ELI

Secretário de Estado da Fazenda

Cod. Mat.: 584722

PORTARIA Nº 20/SEF - 22/01/2019

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, de acordo com a delegação de competência conferida pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 381/2007, resolve: FAZER CESSAR, a partir de 07 de maio de 2007, resolve: DESIGNAR, o servidor JOÃO DA MATTA DE FREITAS NORONHA NETTO, matrícula nº 184.935-0, ocupante do cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual para, a partir de 02/01/2019, exercer suas atividades na Gerência de Tributação, da SEF, conforme processo SEF 0812/2019.

PAULO ELI

Secretário de Estado da Fazenda

Cod. Mat.: 584723

Extrato de Resolução de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 04.122.0500.4133 da Secretaria de Estado da Fazenda, conforme Decreto Estadual nº 7817/2012, de 25.01.2012. Estagiário: Helena Regina Mordani da Silveira; CPF: 120.648.889-0; Termo de Compromisso nº 1617 - Data de Rescisão: 01/02/2019.

Cod. Mat.: 584758

Extrato de Resolução de Termo de Compromisso do Programa "Novos Valores", referente ao projeto atividade 04.122.0500.4133 da Secretaria de Estado da Fazenda, conforme Decreto Estadual nº 7817/2012, de 25.01.2012. Estagiário: Jéssica Ferreira Rodrigues; CPF: 010.045.392-89; Termo de Compromisso nº 2618 - Data de Rescisão: 01/02/2019.

Cod. Mat.: 584813

PORTARIA Nº 25/2019

Altera os documentos do Órgão e do Fundo que menciono.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de competência que lhe confere a Lei nº 17.447, de 26 de dezembro de 2017, combinada com o Ato nº 985, de 24 de janeiro de 2019, e o que consta do Ato Normativo 2019AN00014, de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Ficará limitada parcialmente na importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o art. 1º desta Portaria, fica suplantada a programação constante do Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 25 de janeiro de 2019.

PAULO ELI

Secretário de Estado da Fazenda

Anexo I - Ano Base: 2019

Ato Normativo 2019AN00013

Órgão 27000 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico

U. O. 27002 Fundo Estadual de Recursos Humanos

Subação Natureza F.R.	Fun/Sub/Prog	Valor
030408	33.50.41 6.1.22	18.544.0250
Subtotal		500.000,00
Total		500.000,00

900.000,00

Anexo II - Ano Base: 2019

Ato Normativo 2019AN00013

Órgão 27000 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico

U. O. 27001 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico

Subação Natureza F.R.	Fun/Sub/Prog	Valor
012065	33.50.20 0.1.22	18.571.0366
Subtotal		500.000,00
Total		500.000,00

Cod. Mat.: 584901

PORTARIA Nº 28/2019

Altera os documentos do Órgão e do Fundo que menciono.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de competência que lhe confere a Lei nº 17.447, de 26 de dezembro de 2017, combinada com o Ato nº 239, de 24 de janeiro de 2019, e o que consta do Ato Normativo 2019AN00014, de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Ficará limitada parcialmente na importância de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões e novo mil reais), a programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o art. 1º desta Portaria, fica suplantada a programação constante do Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2019.

PAULO ELI

Secretário de Estado da Fazenda

Anexo I - Ano Base: 2019

Ato Normativo 2019AN00014

Órgão 45000 Secretaria de Estado da Educação

U. O. 45001 Secretaria de Estado da Educação

Subação Natureza F.R.	Fun/Sub/Prog	Valor
011562	44.90.52 0.1.24	12.368.0610
011562	33.91.40 0.1.20	12.368.0610
011562	33.91.37 0.1.20	12.368.0610
012482	33.90.30 0.1.24	12.368.0610
011590	44.90.51 0.1.24	12.368.0610
011492	44.90.51 0.1.24	12.368.0610
Subtotal		22.000.000,00

Órgão 45000 Secretaria de Estado da Defesa Civil

U. O. 45001 Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil

Subação Natureza F.R.	Fun/Sub/Prog	Valor
011735	33.20.41 0.1.11	08.152.0731
Subtotal		8.093,00
Total		22.008.093,00

Anexo II - Ano Base: 2019

Ato Normativo 2019AN00014

Órgão 45000 Secretaria de Estado da Educação

U. O. 45001 Secretaria de Estado da Educação

Subação Natureza F.R.	Fun/Sub/Prog	Valor
000758	33.90.30 0.1.28	12.368.0623
011567	44.90.52 0.1.24	12.368.0610
Subtotal		24.736.123,00





PROCEDÊNCIA - FRANKELIS OLIMAR DIMAS BERMUDEZ – FLORIANÓPOLIS/SC
OBJETO - Equivalência de Estudos
PROCESSO - SED 078/2019
PARECER - SED 551/2019

FRANKELIS OLIMAR DIMAS BERMUDEZ de nacionalidade venezuelana, residente no município de Florianópolis/SC, encaminha a esta Secretaria processo, solicitando a equivalência de seus estudos realizados no exterior, aos do Sistema Brasileiro de Ensino, para efeitos de conclusão do Curso de Ensino Médio.

Integram os presentes autos, os seguintes documentos:

- Cópia do Histórico Escolar do 7º ao 9º grado da Educação Básica, anos letivo de 2004 a 2006, emitido pela Unidade Educativa Nacional Joaquina Sanchez, Caroni, Venezuela (fl. 02).
- Cópia do Histórico Escolar do 1º e 2º ano da Educação Média Diversificada, ano letivo de 2007 e 2008, emitido pela Unidade Educativa Nacional Joaquina Sanchez, Caroni, Venezuela (fl. 03).
- Cópia do Certificado de Conclusão do Ensino Médio, Bacharel em Ciências, expedido em 24/07/2008, emitido pela Unidade Educativa Nacional Joaquina Sanchez, Caroni, Venezuela (fl. 04).

Os presentes autos estão em consonância com a Resolução CEE/SC nº 052 de 12 de Julho de 2016.

Nos termos do histórico e da análise, esta Diretoria manifesta-se favorável à equivalência dos estudos realizados por **FRANKELIS OLIMAR DIMAS BERMUDEZ**, na Venezuela, aos do Sistema Brasileiro de Ensino, para efeitos de conclusão do Curso de Ensino Médio.

Florianópolis, 23 de janeiro de 2019.

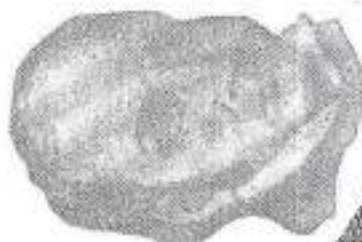


Selma David Lemos
Selma David Lemos

Gerente de Supervisão da Educação Básica e
Profissional do Sistema Estadual de Educação
Ato 1330 de 04/06/2018

Lia Fernandes
Lia Fernandes
Técn. Responsável
Mat. 3344-70-09-02





Simón Bolívar



REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA
MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y DEPORTES
 Viceministerio de Asuntos Educativos

Zona Educativa / Plantel: **UNIDAD EDUCATIVA NACIONAL JOAQUINA SANCHEZ**
 Código: **S1140D0701**
 Título de: **BACHILLER EN CIENCIAS**
 Plan de estudio, Código Nro.: **31018**
 Que se otorga a: **FRANKELIS OLIMAR DIMAS BERMUDEZ**
 Cédula de Identidad Nro.: **V-23871912**
 Nacido (a) en: **PUERTO ORDAZ-ESTADO BOLIVAR**
 En Fecha: **18 DE SEPTIEMBRE DE 1991**
 Previo el cumplimiento de los requisitos exigidos por la ley
 Lugar y Fecha de expedición: **SAN FELIX EL 24 DE JULIO DE 2008**
 Año de Egreso: **2008**

CONFERE COM O ORIGINAL
 Em 08/01/19

Supervisão da Educação Básica e
 Profissional do Sistema Estadual
 de Ensino/SED-SC

[Firma]
 Director Zona Educativa / Plantel
 Nombre: **LIC. SAJAL BRAVO**
 C.I. **V-5794920**



[Firma]
 Coordinador de Control de Estudio
 Representante del Consejo General de Docentes

Nombre: **M.sc / MANUEL MEDINA**
 C.I. **V-4588254**



[Firma]

Fundonario designado por el
 Ministerio de Educación y Deportes

Nombre: **LIC. GRISELDA TOCUYO**
 C.I. **V-8179383**



MINISTERIO
 DE EDUCACIÓN
 Y DEPORTES

AA 2691394



Qef
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 08/01/14

Supervisão da Educação Básica e
Profissional do Sistema Estadual
de Ensino/SED-SC



Reglamento General de la Ley Orgánica de Educación. Decreto N° 313
Gaceta Oficial N° 36.787 (Reforma) del 16/11/1999

TÍTULO I, Disposiciones Generales
TÍTULO II, De la Estructura del Sistema Educativo
TÍTULO III, Del Régimen Educativo
TÍTULO IV, Disposiciones Transitorias y Finales
Gaceta Oficial N° 36.787 de fecha 15 de septiembre de 1999

Decreto N° 313
HUGO CHÁVEZ FRÍAS
Presidente de la República

En ejercicio de la atribución que le confiere el ordinal 10°, del artículo 190 de la Constitución de la República y de conformidad con lo dispuesto en el artículo 107 de la Ley Orgánica de Educación, en Consejo de Ministros,
DECRETA el siguiente,

REGLAMENTO GENERAL DE LA LEY ORGÁNICA DE EDUCACIÓN

TÍTULO I,
Disposiciones Generales

Artículo 1. El presente Reglamento tiene por objeto establecer normas y directrices complementarias sobre el sistema, el proceso y los regímenes educativos.

Artículo 2. El presente Reglamento regirá para los niveles y modalidades del sistema educativo, excepto para el nivel de educación superior, en el cual se aplicarán las regulaciones pertinentes de la Ley Orgánica de Educación y las de la ley especial correspondiente y su reglamentación.

Artículo 3. A los fines de vincular el proceso educativo al trabajo, conforme a lo establecido en los artículos 7°, 21, 23 y 39 de la Ley Orgánica de Educación, el Ministerio de Educación, Cultura y Deportes incluirá áreas, asignaturas o similares, objetivos, contenidos y actividades programáticas y experiencias de capacitación y formación para el trabajo, en los planes y programas de estudio.

Artículo 4. La educación como función y servicio público y como derecho permanente e irrenunciable de la persona se impartirá mediante un proceso escolarizado y no escolarizado.

Artículo 5. Los docentes que se desempeñen en los niveles de educación básica y media diversificada y profesional y en las modalidades del sistema educativo, estarán obligados a enseñar a sus alumnos el uso de las diversas técnicas pedagógicas de aprendizaje y de investigación que determine el Ministerio de Educación, Cultura y Deportes.

Artículo 6. La finalidad de la educación establecida en el artículo 3° de la Ley Orgánica de Educación y la que ésta le asigne a cada nivel y modalidad del sistema educativo, deberá alcanzarse a través de los planes y programas de estudio y demás elementos del curriculum y mediante la utilización de programas abiertos de aprendizaje, de los medios de comunicación social y de otros recursos destinados a contribuir al desarrollo integral del individuo y de la comunidad, los cuales se elaborarán y aplicarán conforme a las regulaciones del ordenamiento jurídico en materia educativa.

Artículo 7. En los planes y programas de estudio se especificarán las competencias, bloques de contenidos conceptuales, procedimentales, actitudinales, objetivos, actividades, conocimientos, destrezas, valores y actitudes esenciales que deberán alcanzar los educandos en cada área, asignatura o similar del plan de estudio para los distintos grados, etapas y niveles de aprendizaje en los planteles de los medios urbano, rural y de las regiones fronterizas y zonas indígenas.

Artículo 8. La revisión y actualización del régimen de estudio de los niveles y modalidades del sistema educativo, a fin de ajustarlo a los nuevos conocimientos y orientaciones surgidos en los

organizadas por instituciones oficiales y las actividades similares que realicen los educandos en entidades deportivas aficionadas. La documentación probatoria de las actividades señaladas deberá estar debidamente certificada por dichas entidades.

Artículo 102. Los alumnos que presenten impedimentos físicos o psíquicos para la realización de actividades de educación física y deporte serán evaluados conforme al régimen especial al cual hayan sido sometidos durante el año escolar.

Artículo 103. En la evaluación de la actuación general de los alumnos, el Consejo de Sección deberá considerar la iniciativa y participación de éstos en programas y actividades culturales, científicas y artísticas que realicen durante el tiempo libre, a los fines de acordar ajustes en las calificaciones otorgadas en su rendimiento estudiantil.

Artículo 104. El Ministerio de Educación, Cultura y Deportes, mediante Resolución, dictará las normas relativas a la aplicación de las actividades del proceso general de evaluación en los niveles de educación preescolar, básica y media diversificada y profesional.

Sección Cuarta, Del Proceso de Evaluación en las Modalidades del Sistema Educativo

Artículo 105. La evaluación en las modalidades de educación especial, educación de adultos, educación estética y de la formación para las artes y cualesquiera otras que así lo ameriten, se realizará en atención a las características de los usuarios, las estrategias metodológicas utilizadas y algún otro factor que deba ser tomado en consideración. El Ministro de Educación, Cultura y Deportes, mediante Resolución, determinará el régimen, las normas, los procedimientos y los instrumentos que resulten procedentes en cada caso.

Sección Quinta, Del Rendimiento Estudiantil

Parágrafo Primero Disposiciones Generales

Artículo 106. El rendimiento estudiantil es el progreso alcanzado por los alumnos en función de las competencias, bloques de contenidos y objetivos programáticos propuestos.

Artículo 107. Para expresar el logro que los alumnos hayan alcanzado en el dominio de las competencias, bloques de contenidos y objetivos programáticos propuestos en cada uno de los grados y áreas académicas en las dos primeras etapas de educación básica, los docentes lo expresarán de manera cualitativa en los términos que lo determine la Resolución que al respecto dicte el Ministerio de Educación, Cultura y Deportes. Las apreciaciones cuantitativas en el dominio de las competencias, bloques de contenidos y los objetivos programáticos propuestos en las asignaturas o similares de los grados de la tercera etapa de educación básica y en media diversificada y profesional, se hará mediante apreciaciones cuantitativas, a través del otorgamiento de calificaciones, conforme a las regulaciones del presente régimen y las que dicte el Ministerio de Educación, Cultura y Deportes.

Artículo 108. La expresión cualitativa de la evaluación de los alumnos de las dos primeras etapas de educación básica se hará de manera descriptiva, en forma global y en términos literales, de la siguiente forma:

El alumno alcanzó todas las competencias y en algunos casos superó las expectativas para el grado.

El alumno alcanzó todas las competencias previstas para el grado.

El alumno alcanzó la mayoría de las competencias previstas para el grado.

El alumno alcanzó algunas de las competencias previstas para el grado, pero requiere de un proceso de nivelación al inicio del nuevo año escolar para alcanzar las restantes.

El alumno no logró adquirir las competencias mínimas requeridas para ser promovido al grado inmediatamente superior.

La expresión cuantitativa de la calificación obtenida por el alumno de la tercera etapa de educación básica y en el nivel de educación media diversificada y profesional, se expresará mediante un número entero comprendido en la escala del uno (1) al veinte (20), ambos inclusive. En todo caso la calificación mínima aprobatoria de cada asignatura o similar será de diez (10) puntos.

Cuando al efectuar los cálculos se obtuvieren fracciones decimales de cincuenta centésimas (0,50) o más se adoptará el número inmediato superior.

Artículo 109. La asistencia a clases es obligatoria. El porcentaje mínimo de asistencia para optar a la aprobación de un grado, área, asignatura o similar, según el caso, será del setenta y cinco por ciento (75%). Queda a salvo lo que se determina en el artículo 60 de este Reglamento.

Artículo 110. A los fines de la evaluación del rendimiento estudiantil, el primer período del año escolar, para la tercera etapa de educación básica y el nivel de educación media diversificada y profesional se dividirá en tres lapsos que culminarán en diciembre, abril y julio, respectivamente, sin perjuicio de lo dispuesto en el Parágrafo Único del artículo 54 del presente Reglamento.

Artículo 111. La calificación para cada área, asignatura o similar en cada uno de los tres lapsos del año escolar, se formará con la suma del setenta por ciento (70%) de la integración de las evaluaciones parciales, más el treinta por ciento (30%) de la calificación de la evaluación que se realiza al final de cada lapso. La calificación definitiva para el área, asignatura o similar, se obtendrá del promedio de las calificaciones alcanzadas en los tres lapsos.

Artículo 112. Cuando el treinta por ciento (30%) o más de los alumnos no alcancare la calificación mínima aprobatoria en las evaluaciones parciales, finales de lapso o revisión, se aplicará a los interesados dentro de los tres (3) días hábiles siguientes a la publicación de dicha calificación, una segunda forma de evaluación similar, sobre los mismos objetivos, contenidos y competencias, bajo la supervisión y control del Director del plantel o de cualquier otra autoridad designada por el Ministerio de Educación, Cultura y Deportes, todo ello sin perjuicio de los análisis que resulten aconsejables y procedentes según el caso. La calificación obtenida en esta segunda oportunidad será la definitiva.

Parágrafo Segundo De la Promoción, de la Revisión y de los Repitientes

Artículo 113. Los alumnos del primero al sexto grados serán promovidos al grado inmediatamente superior, de acuerdo con lo dispuesto en el artículo 108 del presente Reglamento.

Artículo 114. Los alumnos de la tercera etapa de educación básica y de media diversificada y profesional serán promovidos al grado inmediato superior cuando hayan aprobado con diez (10) o más puntos todas las asignaturas o similares del grado que cursen. El régimen de aprobación de las asignaturas eminentemente prácticas será determinado en la Resolución correspondiente.

Artículo 115. Los alumnos que resultaren aplazados hasta en la mitad más una de las asignaturas o similares cursadas, tendrán derecho a una prueba de revisión que presentarán durante el segundo período del año escolar. Cuando el número de asignaturas del curso fuere impar se adoptará el número entero inmediatamente superior de la mitad más uno.

Artículo 116. Los alumnos de la tercera etapa de educación básica y media diversificada y profesional que en la prueba de revisión resultaren aplazados en una asignatura, se inscribirán en el grado inmediato superior y en la asignatura pendiente del grado anterior. En este caso, el alumno no estará obligado a asistir a las clases correspondientes a la materia pendiente y deberá sólo presentar